

Moraes: PF tem 'prova robusta' de tentativa de golpe

Ao justificar à OAB autorização para Operação Tempus Veritatis, ministro declarou que há elementos que mostram que um 'grupo criminoso' atuou de forma 'coordenada e estruturada' para pôr em prática uma ruptura institucional

DANIEL GULLINO
com fotos de Roberto M. Silva

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que a Polícia Federal (PF) apresentou "provas robustas" de um "processo de planejamento e execução de um golpe de Estado". Para Moraes, há elementos que mostram que um "grupo criminoso" atuou de forma "coordenada e estruturada" para efetuar uma ruptura institucional.

Moraes fez a avaliação ao responder um pedido do Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em relação à sua decisão de semana passada que autorizou Operação Tempus Veritatis, que investiga uma tentativa de golpe de Estado.

O ministro esclareceu ainda que não impediu o contato entre advogados, mas apenas que eles sirvam de intermediários para os investigadores, que estão proibidos de falarem entre si.

De acordo com o ministro, esta "vedação a comunicação dos investigadores realizada por intermédio de terceira pessoa, sejam familiares, amigos ou advogados, para que não haja indevida interferência no processo investigativo". Para Moraes, em "momento algum houve qualquer vedação de comunicação entre os advogados e seus clientes ou entre os diversos advogados dos investigadores, não restando, portanto, qualquer ferimento às prerrogativas da advocacia".



Na decisão do STF, Moraes decreta que a proibição do contato entre os investigadores é uma medida cautelar necessária para a "garantia da regular coleta de provas durante a investigação, sem que haja interferência no processo investigativo por parte dos mencionados investigadores, como já determinei em inúmeras investigações semelhantes".

GRUPO CRIMINOSO

Ao falar sobre a operação, Moraes declarou que a apresentação apresentada pela Polícia Federal foi "devidamente amparada por robustas evidências de informação". O documento,

Ministro se declara impedido em caso de agressão

> O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou-se impedido no julgamento de dois recursos apresentados no inquérito que investiga uma agressão a ele e a seu filho no aeroporto de Roma, no ano passado.

> A Procuradoria-Geral da República (PGR) e a defesa dos acusados solicitam acesso ao vídeo da suposta agressão. A PGR ainda contestou a inclusão de Moraes como assistente de acusação.

> O Código de Processo Penal determina que um juiz não pode participar de um caso no qual "ele próprio ou seu cônjuge ou parente for parte ou diretamente interessado no feito". O julgamento dos recursos ocorre no plenário virtual.

> Na quinta, a PF concluiu a investigação e afirmou que "elementos atestam, de modo suficiente", que Alexandre Barde de Moraes foi alvo do crime de "injúria real" cometido pelo empresário Roberto Marinho Filho.

Operação amparada. Alexandre de Moraes respondeu a pedido da OAB sobre a Tempus Veritatis: informações robustas

o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, e o coronel Marcelo Câmara, ex-assessor do ex-presidente, apontam, por exemplo, que Moraes tinha seus passos monitorados pelo grupo.

Mensagens e registros de entrada no Palácio da Alvorada também confirmam relato feito por Cid, em sua delação premiada, sobre a elaboração de uma minuta de decreto golpista. Conforme revelou O GLOBO, o ex-ajudante de ordens disse que o então presidente apresentou aos comandantes das Forças Armadas um documento com uma proposta de intervenção militar e que o ex-presidente inclusive sugeriu alterações no documento.

'QG GOLPISTA'

A PF também conseguiu acesso a um vídeo de uma reunião ministerial promovida por Bolsonaro em 5 de julho de 2022 no Palácio do Planalto. A gravação estava em um computador apreendido na casa de Mauro Cid. Para a corporação, há uma "dinâmica golpista, no âmbito da alta cúpula do governo".

A investigação também obteve registros do aplicativo Uber usado pelo padre José Eduardo de Oliveira e Silva, que mostra que ele fez pelo menos cinco viagens a uma casa alugada pelo PL que serviu como comitê de campanha para Bolsonaro e que, depois da eleição, teria sido utilizada como um "QG do Golpe".

Justiça intima Jair Renan a pagar dívida de R\$ 360 mil

Filho de Bolsonaro descumpriu acordo e pode ter contas bloqueadas

BERNARDO LIMA
Internacional/Brasil e Justiça

Indicado pela Polícia Civil do Distrito Federal por lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e uso de documento falso, ontem, Jair Renan Bolsonaro foi intimado pela Justiça a pagar uma dívida de R\$ 360 mil ao banco Santander. O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro corre risco de ter suas contas

bloqueadas se descumprir a determinação. O valor se refere a um empréstimo a sua antiga empresa, a RB Eventos e Mídia, que tinha como principal ramo de atuação fornecer "serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas". O Tribunal de Justiça do Distrito Federal determinou que o filho do ex-presidente faça o pagamento em até três dias úteis, sob pena de ter suas contas ban-

cárias bloqueadas. A dívida, segundo a intimação, é fruto de um acordo de renegociação do empréstimo firmado entre Jair Renan e o banco em junho de 2023. O valor não foi pago, e a empresa RB Eventos e Mídia foi fechada pouco mais de dois meses depois, em 11 de agosto de 2023. Na Receita Federal, consta que a empresa encerrou suas atividades de forma voluntária. Procurada, a defe-

sa de Jair Renan não quis se manifestar sobre a decisão da Justiça. A assessoria do banco não respondeu ao pedido do GLOBO para comentar o caso.

FATURAMENTO

Jair Renan foi indiciado pela Polícia Civil do Distrito Federal na última quinta-feira. O filho de Bolsonaro era investigado pelo uso de relações de faturamento com informações fraudulentas sobre sua empresa para obter outro empréstimo bancário que acabou não sendo pago. Olinda suspeita é uma declaração de faturamento de R\$ 4,6 milhões da empresa de Jair Renan. A corporação con-

firou a conclusão do inquérito e os indícios de disse que "o relatório final de investigação foi encaminhado ao Poder Judiciário em 8 de fevereiro de 2024". Segundo os agentes, ele teve "atuação direta" na fraude, de acordo com informações obtidas pelo g1. Em depoimento, o filho do ex-presidente alegou que não reconhecia



Sem pagamento. Jair Renan: empréstimo investigado

suas assinaturas nos documentos, mas a perícia indicou que em pelo menos um deles a rubrica era autêntica. A investigação apurava ainda a participação de Maícel Carvalho, ex-assessor de Jair Renan, no caso. Ele também foi indiciado. Os advogados de Carvalho informaram que ele já foi isentado de acusações semelhantes e que, como "é um desdobramento daquele episódio", ele "será absolvido novamente". Jair Renan pretende se candidatar a vereador em Balneário Camboriú (SC). A ação policial não impede na sua eventual candidatura, já que é necessária uma condenação em segunda instância para que um candidato fique inelegível, segundo a Lei da Ficha Limpa.

SÓ NO CLASSIFICADOS DO RIO O PACOTE É GLOBAL: TEM WEB, TABLET, CELULAR E ATÉ JORNAL.

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio.

Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.

Anuncie agora via
WhatsApp ou Telegram

21 2534-4333

CLASSIFICADOS
DO RIO
ESTE RESOLVE

O GLOBO
EXTRA

